

EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GUINÉ-BISSAU

Alberto Sanhá*

A Guiné-Bissau, depois da independência, em 1973, foi confrontada com a carência de Recursos Humanos qualificados em todas as áreas e instituições da soberania nacional. Os sucessivos governos foram estabelecendo relações de cooperação com os seus parceiros de desenvolvimento, no domínio de ensino médio, profissional e, posteriormente, ao nível de formação superior. A maioria dos acordos celebrados consistia no envio dos estudantes guineenses para formação no estrangeiro. Tendo em conta o número limitado de bolsas e crescente procura, especialmente para o ensino superior, o país foi confrontado com a necessidade de desenvolvimento do próprio – nacional ensino superior.

Em 1979 foi aberta em Bissau a **Escola Tchico Té**, para formar professores do ensino secundário, oferecendo os cursos de bacharelato (cursos de 3 anos, não equivalentes a licenciatura na Guiné-Bissau). Depois do conflito de 7 de Junho 1998 foi aberto nesta escola um curso de licenciatura em Língua e Literatura Portuguesa, ministrado com apoio do Instituto Camões em Bissau. Com objectivo de formar os professores da Educação Física, em 1986 foi criada **Escola Nacional de Educação Física e Desporto** (ENEFD). Em resposta a crescentes necessidades de quadros qualificados na administração pública foi aberto, em meados da década 80, o **Centro de Formação Administrativa** – CENFA. Actualmente este centro oferece os cursos médios de Contabilidade e Administração para cerca de 1700 alunos. A partir do ano 2008 nestas áreas são ministrados também os cursos de Licenciatura, com 245 alunos inscritos.

Em 1986, com ajuda da “Cooperação Cubana”, foi criada a **Faculdade de Medicina**, tendo como o principal objectivo dotar o país de quadros médicos nos diferentes sectores de saúde. Desactivada mais tarde, no princípio da década 90, devidas as dificuldades financeiras que esta instituição vinha confrontado, a

* **Alberto Sanhá**, Doutor (Ph.D.) em Ciências Jurídicas; Especialista de Direito Marítimo, pela Faculdade de Direito e Administração de Szczecin – Polónia: 1996 - 2003; Título da tese de doutoramento: Contrato de Seguro da Carga nos Transportes Marítimos; Magister em Direito pela faculdade de Direito e Administração de Szczecin – Polónia: 1991 - 1996; Título da tese: Seguros Marítimos.

Faculdade de Medicina veio a ser relançada em 2004, sendo a partir deste ano integrada nas estruturas da Universidade Amílcar Cabral.

Desde ano 1990 o país dispõe de uma Faculdade de Direito (FDB) que surgiu em resultado da cooperação da Faculdade de Direito de Lisboa com a Escola de Direito de Bissau, fundada em 1979, através do Decreto-lei n.º 22, de 27 de Setembro. Em 1990 a Faculdade de Direito de Lisboa assumiu a assessoria científica e pedagógica na Escola de Direito que foi transformada em **Faculdade de Direito de Bissau**. Desde a sua fundação a Faculdade de Direito de Bissau continua contribuindo de melhor forma para o reforço das instituições estatais e a melhoria do funcionamento da administração: ao longo dos anos da sua existência já tem formado cerca de 241 juristas – e, através da cooperação com a faculdade de Direito de Lisboa, já formou mais de 30 Mestres em Ciências Jurídicas.

Na medida que o tempo passava o país vinha ser confrontando com mais necessidade de recursos humanos qualificados noutras áreas, para fazer face às exigências do desenvolvimento socioeconómico. Nos finais dos anos 90, a crise nos países do antigo bloco socialista conduziu a uma redução considerável na concessão de bolsas de estudos aos jovens estudantes da Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo o aumento substancial de alunos finalistas do ensino secundário aumentou a pressão no ensino terciário. Apesar dos entraves significativos, a Guiné-Bissau tem tido concentrado esforços substanciais na criação de uma Universidade nacional. A resposta que terá sido encontrada era de criar uma universidade pública com uma gestão privada/autónoma. Através do Decreto-Lei Nº 6/99 de 6 de Dezembro surgiu a **Universidade Amílcar Cabral (UAC)**, gerida por uma fundação privada (FUNPEC – Fundação para Promoção do Ensino e da Cultura), composta pelo governo da Guiné-Bissau e uma universidade privada portuguesa (Universidade Lusófona). Esta instituição entrou em plenas actividades no fim do ano lectivo 2003/04.

A então Universidade Amílcar Cabral, única instituição universitária estatal da Guiné-Bissau contava, em princípio, com onze (11) cursos de licenciatura, a saber: Economia, Administração e Gestão de Empresas; Gestão de Recursos Humanos; Engenharia Informática; Enfermagem Superior; Serviço Social, Sociologia, Comunicação Organizacional e Jornalismo; Medicina; Ciências da Educação sendo extinto o curso de Arquitectura em 2007. Desde início na UAC

foi ministrando um curso preparatório (pré - universitário) para superar as dificuldades dos candidatos vindos de diferentes escolas secundárias do país. Depois de cinco anos de actividades da UAC (Em Novembro de 2008), o Governo veio, alegando a falta de condições para a sustentabilidade da instituição, declarar a cedência da Universidade ao seu parceiro – Universidade Lusófona de Portugal. Surgiu então uma nova instituição universitária privada – a **Universidade Lusófona da Guiné (ULG)**.

A crescente procura da formação superior, verificada especialmente a partir do ano 1999 e não existência de vagas suficientes no ensino público acordou as iniciativas privadas e resultou com a criação em ano 2003 da **Universidade Colinas de Boé** – uma escola superior privada, primeira na Guiné-Bissau. Esta instituição acolhe cerca de 1000 estudantes, nas áreas como: Administração Pública e Economia Social; Contabilidade e Gestão; Comunicação Social e Marketing; e Direito. Existem perspectivas reais para abertura em breve do Instituto Piaget em Bissau e da Universidade Católica da África Ocidental. A Universidade Lusófona anunciou também a sua expansão no sector do ensino superior na Guiné e a construção de uma universidade de raiz.

A experiência demonstra que o ensino superior privado não vai ao encontro de expectativas da maioria dos jovens – candidatos, pois, dado o custo elevado dos estudos nestas instituições e difícil situação socioeconómica do país, o perigo de diminuição de acessibilidade ao ensino superior para os jovens guineenses está crescendo desta forma. Com a falta da Universidade pública a Guiné-Bissau afasta-se cada vez mais dos planos educativos implementados e conduzidos pela UEMOA, podendo no futuro perder a oportunidade de seu ensino tornar-se competitivo ao nível da sub-região.

Palavras-chave: Seminário Internacional Educação Superior na CPLP/PUCRS; RIES- Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior; Educação Superior; Guiné Bissau.